

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDEM DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATAS**



ATAS

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/9/2021

Às 9h9min, comparecem presencialmente à reunião os deputados Delegado Heli Grilo, Gustavo Santana e Bosco e, remotamente, o deputado Inácio Franco, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Zé Reis e Raul Belém e, remotamente, os deputados Sávio Souza Cruz, Elismar Prado, Mauro Tramonte e Doorgal Andrada. Havendo número regimental, o presidente, deputado Delegado Heli Grilo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater os impactos dos recursos hídricos na piscicultura, especialmente nos Rios Quebra Anzol, Araguari e afluentes. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Anna Carolina da Motta Dal Pozzolo, subsecretária de Regularização Ambiental, representando a secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Cordélia Alves Rios, engenheira química e produtora rural; e os Srs. Carlos Alberto Valera, coordenador promotor de Justiça da Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios Paranaíba e Baixo Rio Grande do Ministério Público do Estado; João Ricardo Albanes, subsecretário de Política e Economia Agropecuária representando a secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Marcelo da Fonseca, diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, representando a secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Juraci Aparecido Batista, diretor da Suprema Piscicultura e Indústria de Pescados Ltda.; Marllon Carneiro Araújo, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Santa Juliana; Valdemir Rabelo de Rezende, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Perdizes; José Alaor Afonso, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Araxá; Leonardo Romano, coordenador da Câmara Técnica Setorial da Aquacultura da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –; Reginaldo Costa e Silva, ambientalista e coordenador do Movimento SOS Represas e Afluentes; Wagner Eduardo Ribeiro, vereador da Câmara Municipal de Perdizes representando o prefeito de Perdizes; Thadeu Carneiro da Silva, diretor da Cemig Geração e Transmissão S.A., representando o diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –; e Florisvaldo José de Souza, vereador da Câmara Municipal de Patrocínio, representando o prefeito desse município. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa

a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.058/2021, dos deputados Bosco e Delegado Heli Grilo, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre eventuais problemas técnicos no barramento ou na Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, desde sua inauguração, que tenham imposto a necessidade de redução do nível do reservatório do lago;

nº 10.059/2021, dos deputados Bosco e Delegado Heli Grilo, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre quais as medidas tomadas para a preservação do nível da represa de Nova Ponte e qual é a entidade responsável pela determinação da vazão praticada pela empresa nessa usina hidrelétrica;

nº 10.063/2021, dos deputados Bosco e Delegado Heli Grilo, em que requerem seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que seja elaborada e enviada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ao Ministério de Minas e Energia, à Agência Nacional de Energia Elétrica e ao Operador Nacional do Sistema solicitação para que se estanque de imediato a redução do nível do reservatório hidrelétrico de Nova Ponte, mantendo-o em, no mínimo, 12% do volume útil e para que se mantenha nos demais reservatórios hidrelétricos de rios estaduais volume que permita, efetivamente, o uso múltiplo das águas;

nº 10.064/2021, dos deputados Bosco e Delegado Heli Grilo, em que requerem seja encaminhado ao Ministério de Minas e Energia – MME – e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS – pedido de providências para seja introduzido na regra de operação de reservatórios de hidrelétricas o respeito à cota mínima para os níveis de água, de forma a respeitar os usos múltiplos dos recursos hídricos nessas estruturas e o direito estabelecido pelas outorgas concedidas pelos órgãos de gestão de recursos hídricos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2021.

Delegado Heli Grilo, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/3/2022

Às 10h36min, comparecem à reunião o deputado Virgílio Guimarães e, remotamente, os deputados Sávio Souza Cruz e Charles Santos, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Virgílio Guimarães, declara aberta a reunião e informa que não há ata anterior a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão nesta Legislatura. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.569 e 2.570/2015, 461, 967, 1.201 e 1.297/2019, 1.579 e 2.162/2020, 2.447, 2.519, 2.566, 2.614, 2.700, 2.755, 2.816, 2.860, 2.867, 2.874, 2.904, 2.908, 2.969, 2.973, 2.985, 2.991, 3.030, 3.045, 3.087, 3.089, 3.100, 3.131, 3.140, 3.151 e 3.242/2021 (relator designado: deputado Virgílio Guimarães). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 11.780/2022, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer seja realizado debate público com o tema “Redação: abordagem do Estado e democracia linguística”. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de março de 2022.

Virgílio Guimarães, presidente – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.025 DE 2022 NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/4/2022

Às 15h57min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Sargento Rodrigues, Professor Cleiton, Guilherme da Cunha e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Hely Tarquínio, Cássio Soares, Ulysses Gomes e Charles Santos. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição do Veto nº 34/2022, em turno único, do relator, deputado Sávio Souza Cruz, registrando-se o voto contrário do deputado Guilherme da Cunha. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta comissão.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/5/2022

Às 18h14min, comparecem à reunião os deputados Sávio Souza Cruz, Charles Santos, Hely Tarquínio (substituindo o deputado Glaycon Franco, por indicação da liderança do Bloco Minas são Muitas) e João Magalhães (na vaga do Bloco Minas são Muitas), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Leonídio Bouças e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Registram-se as presenças dos deputados Zé Reis e Guilherme da Cunha, membros da comissão, e Professor Cleiton. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 do Projeto de Lei Complementar nº 75/2021 (relator: deputado Sávio Souza Cruz), com a Proposta de Emenda nº 5. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 do Projeto de Lei nº 3.324/2021 (relator: deputado Sávio Souza Cruz). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2022.

Sávio Souza Cruz, presidente – Guilherme da Cunha – Bruno Engler – Ana Paula Siqueira.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/5/2022

Às 9h45min, comparecem à reunião, presencialmente, os deputados Delegado Heli Grilo e Carlos Pimenta (substituindo o deputado Inácio Franco, por indicação da liderança do BMM) e, remotamente, o deputado Betinho Pinto Coelho, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antonio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Delegado Heli Grilo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da

ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa ao recebimento de ofícios publicados nas datas entre parênteses: dos Srs. Igor Eto (5), secretário de estado de Governo (25/9/2021); e Thales Almeida Pereira, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (19/4/2022); e da Sra. Priscila Gonçalves Dias Presotti, presidente do Sindicato dos Fiscais Agropecuários Estaduais e Fiscais Assistentes Agropecuários Estaduais de Minas Gerais – Sindafa-MG (24/3/2022). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.030/2019, no 2º turno, para o qual avocou a relatoria. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.030/2019 na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Delegado Heli Grilo) Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.977, 10.978 e 10.992/2022. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.913 e 3.365/2021. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão.

São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.256/2022, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado voto de congratulações ao Sindicato Rural de Montes Claros pelos serviços prestados à comunidade local;

nº 12.257/2022, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – pelos serviços prestados para o enfrentamento da seca e da pobreza rural na região Norte de Minas Gerais;

nº 12.258/2022, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sociedade Rural de Montes Claros pelos serviços prestados à comunidade local.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2022.

Delegado Heli Grilo, presidente.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/5/2022

Às 15h12min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Ulysses Gomes. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a greve dos servidores da rede municipal de ensino de Itajubá. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Iorides de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Turvolândia (14/4/2022); Aline de Oliveira Vilela, presidente da Câmara Municipal de Lambari (9/4/2022); Yasmim Helen Ramos Reis, assessora da Câmara Municipal de Conceição das Pedras (8/4/2022); Marcela Moreira Scaldini e demais vereadores signatários, da Câmara Municipal de Senhora dos Remédios (8/4/2022); Geniana Guimarães Faria, secretária adjunta da Secretaria de Estado de Educação (14/4/2022); e Lavínia Rosa Rodrigues, reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais (5/5/2022); e dos Srs. Cláudio Rodrigues de Jesus, presidente da Câmara Municipal de Montes Claros (6/5/2022); Luiz Antônio dos Reis, presidente da Câmara Municipal de Natércia (28/4/2022); Rodrigo Satiro Bueno, presidente da Câmara Municipal de Conceição do Rio Verde (28/4/2022);

Antônio Marcos Macedo e outros vereadores da Câmara Municipal de Capitão Enéas (28/4/2022); Alex-Sandro Franco de Andrade, presidente da Câmara Municipal de Martins Soares (14/4/2022) e (28/4/2022); Luiz Alípio da Silva, presidente da Câmara Municipal de Senhora dos Remédios (28/4/2022); Nilton César de Almeida, presidente da Câmara Municipal de Barbacena (14/4/2022); Antônio Carlos Pracatá de Sousa, presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova (9/4/2022); José Reinaldo Braga, presidente da Câmara Municipal de Virgolândia (8/4/2022); Jerson Papi de Sousa, presidente da Câmara Municipal de Pedralva (8/4/2022); Arnaldo José Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Caxambu (8/4/2022); Milton de Sousa Arcanjo, presidente da Câmara Municipal de Buenópolis (8/4/2022); Edilson Ferreira das Neves, presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Suaçuí (8/4/2022); Lisandro José Monteiro, presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, e demais vereadores (31/3 e 8/4/2022); Jairo Nogueira Filho, presidente da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais (1º/4/2022); Paulo Henrique Chiste da Silva (2), vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino (1º/4/2022); e da Câmara Municipal de Paraguaçu (7/4/2022). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra e agradece a presença dos seguintes convidados: Sras. Andressa Daiany da Silva Arantes, vereadora de Itajubá; Viviane Luiza dos Reis, professora de educação básica da rede municipal de Itajubá e professora de Ciências e Biologia na rede estadual de Minas Gerais; Aline Ribeiro dos Reis, professora da rede municipal de Itajubá, especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela PUC Minas; Patrícia Carla de Souza, professora da rede municipal de Itajubá, bacharel em Matemática Aplicada a Informática pela Faculdade de Ensino e Pesquisa de Itajubá; Larissa Pereira, advogada do Sindicato dos Servidores Públicos de Itajubá e Microrregião do Alto Sapucaí; Juliane da Silva Paula, professora da rede municipal de Itajubá; e Cláudia Adriana Silva de Mello Carvalho, especialista em Educação; e dos Srs. Fernando de Freitas Padilha, professor da rede municipal de Itajubá; e José Benedito de Lima, professor da rede municipal de Itajubá. A presidência faz as considerações iniciais e, em seguida concede a palavra ao deputado Ulysses Gomes, coautor do requerimento que deu origem ao debate. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2022.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Betão.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 17/5/2022

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 8.722/2021, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o posicionamento do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – acerca de anuência para um empreendimento minerário na Serra do Curral em 2017 e a disponibilização de toda a documentação relacionada ao referido empreendimento, esclarecendo se, quando da realização do estudo, havia algum procedimento de licenciamento sobre o referido empreendimento ativo na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – que justificasse sua análise no bojo do estudo, conforme afirmado pelo secretário Leônidas Oliveira durante a reunião do Assembleia Fiscaliza, realizada no dia 1º/7/2021, que teve por finalidade obter informações sobre a gestão dessa secretaria. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.787/2022, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre os valores executados, projetos, proponentes e beneficiados nos três mecanismos de financiamento à cultura previstos na Lei nº 22.944, de 2018, para subsidiar o monitoramento do Sistema de Financiamento à Cultura em Minas Gerais no âmbito do evento Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme plano de trabalho apresentado em 9/3/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.788/2022, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre a execução dos recursos da Lei Aldir Blanc, Lei Federal nº 14.017, de 29/6/2019, no Estado, para subsidiar o monitoramento do Sistema de Financiamento à Cultura em Minas Gerais no âmbito do evento Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme plano de trabalho apresentado em 9/3/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.789/2022, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre a execução físico-financeira das ações e dos programas relativos ao fomento à cultura no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 e na Lei Orçamentária Anual – LOA –, referentes ao ano de 2021, para subsidiar o monitoramento do Sistema de Financiamento à Cultura em Minas Gerais no âmbito do evento Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme plano de trabalho apresentado em 9/3/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.809/2022, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a previsão de oferta, em 2022, de cursos de capacitação voltados à inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, bem como sobre o atendimento das pessoas com deficiência por essas ações nos últimos três anos, especificamente quanto aos seguintes pontos: número de pessoas com deficiência atendidas; cursos ofertados e modalidade de realização (presencial ou a distância); regiões de oferta dos cursos, no caso de cursos presenciais; disponibilização de recursos de acessibilidade nos cursos de capacitação profissional; instituições ofertantes dos cursos de capacitação profissional; parcerias celebradas para a realização dos cursos; existência, ou não, de mapeamento específico da demanda de pessoas com deficiência por capacitação profissional; outras ações de formação e assessoramento, previstas e executadas, para a inclusão produtiva das pessoas com deficiência; percentual de pessoas com deficiência que concluíram os cursos de capacitação profissional e foram colocadas no mercado de trabalho; ações previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, exercício 2022, e na Lei Orçamentária Anual – LOA – 2022 em que há destinação de recursos para a execução de ações que visem a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho; sobre as ações de apoio, capacitação e intermediação profissional para trabalhadores

com deficiência promovidas por essa secretaria nos últimos três anos e os seus resultados, em especial quanto a: quantitativo de vagas captadas, trabalhadores inscritos, candidatos encaminhados para processos seletivos e candidatos colocados ou recolocados no mercado de trabalho, por região do Estado e ano; e sobre a existência de ações de orientação dos empregadores em relação ao cumprimento da Lei de Cotas e à adoção de práticas de acessibilidade e condutas inclusivas no ambiente de trabalho, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 21/3/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.811/2022, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a previsão de oferta, em 2022, de cursos de formação e capacitação profissional de pessoas com deficiência, bem como sobre o atendimento desse público por ações de educação profissional desenvolvidas diretamente pela secretaria ou em parceria com outras instituições nos últimos três anos, especificamente quanto aos seguintes pontos: número de pessoas com deficiência atendidas; cursos ofertados e modalidade de realização dos cursos (presenciais ou a distância); regiões de oferta dos cursos, no caso de cursos presenciais; disponibilização de recursos de acessibilidade nos cursos de formação e capacitação profissional ofertados, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 21/3/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.813/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os beneficiários dos programas emergenciais de transferência de renda executados pelo Estado entre os anos de 2020 e 2022, indicando número de beneficiários por programa, valores dos benefícios e beneficiários por região. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.814/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as entidades da Rede Cuidar beneficiárias dos recursos provenientes do Acordo da Vale, indicando os critérios adotados para a distribuição dos recursos, o número de entidades atendidas por tipo de atendimento realizado, valores repassados e municípios abrangidos, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Dinâmica do mercado de trabalho, combate ao desemprego, superação da pobreza e garantia de renda” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 28/3/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.815/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as áreas identificadas no Mapa de Demandas que orientaram o planejamento e a execução das ações de qualificação e educação profissional no Estado, especificando o número de vagas oferecidas em 2022 por área de formação e por regional, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Dinâmica do mercado de trabalho, combate ao desemprego, superação da pobreza e garantia de renda” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 28/3/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.823/2022, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações consubstanciadas em relatório por região e por município da execução físico-financeira da ação 1020 – Minas Reurb, prevista no PPAG, nos anos 2021 e 2022, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “regularização fundiária” no âmbito do

Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 30/3/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.884/2022, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de informações sobre o total, ano a ano, desde 2009, de agências da Copasa em funcionamento no Estado de Minas Gerais; o total, ano a ano, desde 2009, de equipes de serviço para manutenção e operação das redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; o total, ano a ano, desde 2009, de investimentos em manutenção e operação das redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Qualidade dos serviços públicos prestados por empresas estatais mineiras”, no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 30/3/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.885/2022, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre o total, ano a ano, desde 2009, de agências da Cemig em funcionamento no Estado; o total, ano a ano, desde 2009, de equipes de serviço para operação e manutenção da rede elétrica; e o total, ano a ano, desde 2009, de investimentos em manutenção e operação da rede de distribuição de energia elétrica, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Qualidade dos serviços públicos prestados por empresas estatais mineiras”, no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 30/3/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.886/2022, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o total, ano a ano, desde 2009, de processos de regularização fundiária concluídos; o total, ano a ano, desde 2009, de novas unidades habitacionais concluídas nas quais a Cohab Minas atuou como agente promotor, em parceria com o sistema financeiro (Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV – e Programa Casa Verde Amarela), detalhando-se os resultados anuais por municípios; o total, ano a ano, desde 2009, de imóveis adquiridos para a implantação de unidades habitacionais ou para funcionamento da Cohab Minas, detalhando-se os valores anuais dispendidos e a fonte dos recursos; o total, ano a ano, desde 2009, de imóveis alienados, detalhando-se os valores anuais auferidos e a destinação dos recursos, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Qualidade dos serviços públicos prestados por empresas estatais mineiras”, no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 30/3/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

3ª Fase

Pareceres de redação final.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 24.937

Nos termos regimentais, convoco os deputados Hely Tarquínio, Charles Santos, Cristiano Silveira e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2022, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre o Veto nº 30/2021, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2022.

Professor Cleiton, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 24.939

Nos termos regimentais, convoco os deputados Hely Tarquínio, Gustavo Santana, Marquinho Lemos e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2022, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre o Veto nº 31/2021, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2022.

Professor Cleiton, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.953

Nos termos regimentais, convoco os deputados Hely Tarquínio, Cássio Soares, Gustavo Santana e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2022, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre o Veto nº 32/2021, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2022.

Professor Cleiton, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei 24.960

Nos termos regimentais, convoco os deputados Hely Tarquínio, Delegado Heli Grilo, Gustavo Santana, e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2022, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre o Veto nº 33/2021, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2022.

Professor Cleiton, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os deputados Charles Santos, Bruno Engler, Cristiano Silveira, Glaycon Franco, Guilherme da Cunha e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2022, às 9h30min, na Sala

das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 81/2022, do deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, e dos Projetos de Lei nºs 3.116/2021, da deputada Leninha e outros, 1.560/2020, 313/2019, 3.282/2021 e 3.449/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, 1.868/2020, da deputada Laura Serrano, 2.399/2021, do deputado Alencar da Silveira Jr., 3.088, 3.243/2021 e 3.667/2022, do deputado Coronel Sandro, 3.318/2021, da deputada Rosângela Reis, 3.386/2021 e 3.581/2022, do deputado Antonio Carlos Arantes, 3.419/2021, do deputado Charles Santos, 3.492/2022, do deputado Bruno Engler, 3.594/2022, do deputado Gustavo Valadares, 3.614/2022, do deputado Virgílio Guimarães, 3.625/2022, do deputado Thiago Cota, 3.634 a 3.636/2022, do deputado João Magalhães, 3.649/2022, do deputado Braulio Braz, 3.662/2022, do deputado Glaycon Franco, 3.670/2022, do deputado Doorgal Andrada, 3.677/2022, do deputado João Leite, 3.680/2022, do deputado Gustavo Santana, 3.681/2022, do deputado Arlen Santiago, e 3.711/2022, do deputado Hely Tarquínio; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 4.177/2017 e 3.511/2022, do deputado Fábio Avelar de Oliveira, 1.051/2019, do deputado Ulysses Gomes, 2.307/2020, do deputado Professor Irineu, 3.039/2021, do deputado Doorgal Andrada, 3.396/2021, do deputado Coronel Sandro, 3.426/2021, do deputado Mauro Tramonte, 3.507/2022, do deputado Osvaldo Lopes, 3.555/2022, do deputado Doutor Jean Freire, 3.622/2022, do deputado Virgílio Guimarães, 3.652/2022, do deputado Bartô, e 3.678/2022, do deputado Professor Cleiton; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2022.

Sávio Souza Cruz, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a deputada Delegada Sheila e os deputados Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2022, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei Complementar nºs 64 e 65/2021, do governador do Estado, de votar, em turno único, o Requerimento nº 11.060/2022, do deputado Rafael Martins, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os deputados Charles Santos, Bruno Engler, Cristiano Silveira, Glaycon Franco, Guilherme da Cunha e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2022, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.711/2022, do deputado Hely Tarquínio, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio 2022.

Sávio Souza Cruz, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus, Ione Pinheiro, Leninha e Rosângela Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2022, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a importância do uso racional de medicamentos na saúde da mulher, por ocasião da campanha promovida pelo Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, durante o mês de maio.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Cássio Soares, Braulio Braz, Doorgal Andrada, Ulysses Gomes e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2022, às 10h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.711/2022, do deputado Hely Tarquínio, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2022.

Hely Tarquínio, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Betão, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2022, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 2º turno dos Projetos de Lei nºs 607/2019, do deputado Osvaldo Lopes, e 845/2019, da deputada Delegada Sheila, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2022.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Cássio Soares, Braulio Braz, Doorgal Andrada, Ulysses Gomes e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2022, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.721/2020, do deputado Celinho Sintrocel, 2.009/2020, do deputado Rafael Martins, 2.898/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, e 3.468/2022, do deputado Charles Santos, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2022.

Hely Tarquínio, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Ione Pinheiro e os deputados Duarte Bechir, Glaycon Franco, Raul Belém e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2022, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 2º turno dos Projetos de Lei nºs 5.320/2018, do deputado Bosco, e 2.516/2021, do deputado Duarte Bechir, de discutir e votar os pareceres para o 1º turno do Projeto de Lei nº 3.287/2021, do deputado Gustavo Mitre, do Projeto de Lei Complementar nº 75/2021, do governador Romeu Zema Neto, dos Projetos de Lei nºs 2.410/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2.444/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes, 2.837/2021, do deputado Marquinho Lemos, 2.864/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes, 3.265/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.324/2021, do Tribunal de Justiça e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2022.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Privatizações**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Guilherme da Cunha, Bruno Engler, Betão e Duarte Bechir, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2022, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o processo de desestatização das economias brasileira e mineira e o papel do setor privado nesse processo, bem como sua importância e contribuição para o desenvolvimento do Estado.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2022.

Coronel Sandro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Cássio Soares, Braulio Braz, Doorgal Andrada, Ulysses Gomes e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2022, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a situação fiscal do Estado a partir dos dados da execução orçamentária relativa ao exercício de 2021, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Situação Fiscal do Estado” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 10/3/2022.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2022.

Hely Tarquínio, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Leninha e os deputados Gustavo Valadares, Hely Tarquínio e Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/5/2022, às 17 horas, em Contagem, com a finalidade de, em audiência pública, debater os impactos do traçado do rodoanel metropolitano para a população, sob a perspectiva do direito humano à moradia.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2022.

Andréia de Jesus, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.496/2021

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Doutor Jean Freire, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Distrital Pro Desenvolvimento de Extração, com sede no Município de Diamantina.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A primeira delas examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.496/2021 visa declarar de utilidade pública a Associação Distrital Pro Desenvolvimento de Extração, com sede no Município de Diamantina, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos: atuar na área de assistência social no que refere à proteção social básica e especial, à profissionalização e geração de renda das famílias atendidas; promover a saúde integral, visando ao desenvolvimento harmônico da criança, do adolescente e do jovem; promover a democratização do acesso a bens culturais; oferecer atividade de fruição, experimentação e capacitação cultural; promover atividades de esportes e lazer para o público atendido.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Distrital Pro Desenvolvimento de Extração, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.496/2021, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2022.

Celinho Sintrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.944/2021

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Cristiano Silveira, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores, Aposentados e Pensionistas do Município de Mariana – Atrapopens –, com sede no Município de Mariana.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.944/2021 visa declarar de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores, Aposentados e Pensionistas do Município de Mariana – Atrapopens –, com sede no Município de Mariana, associação civil, sem fins lucrativos e de caráter filantrópico e assistencial.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública. Porém, apresentou a Emenda nº 1, que visa adequar o nome da entidade ao que consta no art. 1º de seu estatuto.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos: oferecer atendimento médico, odontológico e de exames clínicos para seus associados e dependentes; promover programas de melhoria da qualidade de vida com o incentivo a atividades culturais e prática de lazer; desenvolver atividades de ensino e pesquisa nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação dos Trabalhadores, Aposentados e Pensionistas do Município de Mariana – Atrapopens –, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.944/2021, em turno único, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2022.

Celinho Sintrocél, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 178/2022

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria da Mesa da Assembleia, o projeto de resolução em tela altera o art. 6º da Resolução nº 5.347, de 19 de dezembro de 2011.

Publicado no *Diário do Legislativo* em 12/5/2022, vem o projeto à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos dos arts. 79, VIII, “a”, e 195 do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em tela pretende aplicar ao servidor pertencente ao Grupo de Execução instituído pelo art. 5º da Resolução nº 5.105, de 26 de setembro de 1991, que tem por atribuição função de natureza auxiliar à atividade de segurança e policiamento interno ou de vigilância, as regras do regime especial de aposentadoria estabelecido para os policiais civis do Estado, desde que essas funções sejam exercidas por todo o período considerado para o cálculo do tempo de efetivo exercício.

Em resposta a consulta feita pela Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG – concluiu pela aplicação, ao policial legislativo, das referidas regras do regime especial, desde que o servidor estivesse, por todo o período considerado para o cálculo do tempo de efetivo exercício, exercendo atividades que colocam em risco sua saúde ou sua integridade física, de acordo com o texto então vigente do § 4º do art. 40 da Constituição da República.

A função de natureza auxiliar à atividade de segurança e policiamento interno exercida pelo servidor pertencente ao Grupo de Execução é considerada atividade com risco permanente a sua integridade física e a sua vida, conforme já reconhecido pela Mesa em decisão de 30 de junho de 2006, que concedeu a esses servidores o adicional de periculosidade de que trata o art. 6º da Resolução nº 5.115, de 29 de maio de 1992.

Vale lembrar, ainda, que os arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT – da Constituição do Estado asseguraram ao detentor de função pública admitido pela Assembleia Legislativa por prazo indeterminado até 1º de agosto de 1990 a integração ao seu quadro efetivo de pessoal, bem como os direitos, as vantagens e as concessões inerentes ao exercício de cargo efetivo, excluída a estabilidade, salvo aquela adquirida nos termos do art. 41 da Constituição da República e do art. 19 de seu ADCT.

Assim, diante da necessidade de assegurar ao detentor do cargo de agente de execução das atividades da Secretaria que exerça função de natureza auxiliar à atividade de segurança e policiamento interno o reconhecimento, para fins previdenciários, do risco envolvido em sua função, contamos com a aprovação deste projeto de resolução.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 178/2022, no 1º turno, na forma proposta.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de maio de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 16/5/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando José Cristiano Castro de Souza, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 25/2022

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 43/2022

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que a sessão pública virtual do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de equipamentos de áudio, foi adiada para as 10 horas do dia 27/5/2022.

Belo Horizonte, 16 de maio de 2022.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 16/2022**Número no Siad: 9325319/2022**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Ilma da Conceição Monteiro Ali Adri. Objeto: fornecimento de até 7.000 unidades de pão de queijo tipo lanche assado e de até 7.000 unidades de suco (sabores diversos) resfriado, em embalagem longa vida, com quantidade mínima de 200ml, destinado às ações do programa de educação para cidadania desenvolvidas pela Escola do Legislativo. Vigência: 12 meses contados a partir da data de sua assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 1/2022. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

TERMO DE CONTRATO Nº 18/2022**Número no Siad: 9325850/2022**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Imax Tecnologia de Comunicação Ltda. Objeto: prestação de serviços de plataforma para fornecimento de banco de dados (*mailing*) e envio de mensagens (*e-mail marketing*). Vigência: da data da assinatura, inclusive, a 25 de junho de 2022, inclusive. Licitação: dispensada, nos termos do art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666, de 93 (convocação da segunda colocada do Pregão Eletrônico nº 11/202). Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3390.10.1.

**ERRATAS****PROJETO DE LEI Nº 3.646/2022**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 28/4/2022, na pág. 11, no despacho, onde se lê:

“Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.233/2015”, leia-se:

“Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.223/2015”.

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/5/2022

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 12/5/2022, na pág. 47, sob o título “Discussão e Votação de Pareceres”, onde se lê:

“O presidente (deputado Weliton Prado)”, leia-se:

“O presidente (deputado Elismar Prado)”.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/5/2022

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 12/5/2022, na pág. 78, no resumo do Requerimento nº 12.063/2022, onde se lê:

“em que requer sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/4/2022”, leia-se:

“em que requer sejam encaminhadas ao presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, ao presidente da Associação Profissional dos Trabalhadores e Beneficiários do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais e à chefe do Departamento de Enfermagem e Multiprofissional do Hospital Governador Israel Pinheiro as notas taquigráficas da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/4/2022”.